



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **O RETORNO LABORAL DE TRABALHADORES QUE SE ACIDENTARAM NO TRABALHO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS**

**JOELMA CRISTINA SANTOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)

**ANDRÉ LUÍS FONSECA FURTADO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS (IFSEMG)

## **O RETORNO LABORAL DE PESSOAS QUE SE ACIDENTARAM NO TRABALHO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS**

### **Introdução**

No Brasil, os dados oficiais sobre acidentes de trabalho se baseiam no entendimento estabelecido pela Lei Geral da Previdência Social – Lei nº 8.213/1991 –, que define o acidente de trabalho como o que ocorre pelo exercício da atividade laboral e que resulta em lesão corporal ou perturbação funcional que pode levar à morte ou à perda ou à redução (temporária ou permanente) da capacidade para o trabalho. Embora se reconheça que as organizações possuem a obrigação social de assegurar ambientes de trabalho seguros e protegidos contra fatores que possam ocasionar acidentes ou doenças ocupacionais, os dados do Ministério do Trabalho e Previdência (2021) demonstram a ocorrência de um número bastante elevado de acidentes de trabalho por ano.

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência (2021), foram registrados 582.507 acidentes de trabalho, em 2019, no país, e, entre os que tiveram a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) registrada, 77% foram categorizados como acidentes de trabalho típicos. A Lei nº 8.213/1991 equipara ainda, ao acidente de trabalho, a doença profissional – que é a causada ou desencadeada pela realização de trabalho característico a determinada atividade – e a doença do trabalho – que é a adquirida ou desencadeada devido a condições específicas em que o trabalho é executado, se relacionando a essas condições de forma direta. Em 2019, as doenças profissionais e do trabalho representaram 1,92% dos casos com CAT registrada (Ministério do Trabalho e Previdência, 2021). Os acidentes de trajeto são equiparados aos acidentes de trabalho e compreendem os acidentes que ocorrem no percurso entre a residência do trabalhador e o local de trabalho (e vice-versa), corresponderam a 21% dos registros, em 2019, conforme dados do Ministério do Trabalho e Previdência. O número de acidentes de trabalho, no Brasil, tem se mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos, sinalizando que as políticas e práticas da área, numa perspectiva ampla, tem se mostrado insuficientes, bem como indicando a necessidade de maiores investimentos em ações preventivas.

Conforme Maia et al. (2015), existe uma enorme e persistente subnotificação das ocorrências de acidentes de trabalho, uma vez que as informações da Previdência Social abarcam somente trabalhadores com vínculo empregatício formal, além do sistema pericial apresentar baixa sensibilidade para diagnosticar os diversos tipos de adoecimentos ocupacionais, o que resulta na produção de números pouco confiáveis. Deste modo, os dados divulgados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referem-se somente aos acidentes e às doenças que tiveram seu caráter ocupacional reconhecido e receberam a concessão de benefício acidentário, desconsiderando servidores públicos de regime estatutário e trabalhadores informais. A Pesquisa Nacional de Saúde, que considerou a declaração de pessoas inseridas no mercado formal e informal de trabalho, as quais relataram ter sofrido algum acidente laboral nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, estimou mais de 2,6 milhões de acidentados, em 2019 (IBGE, 2021). Ao se analisar dados que incluem servidores públicos ou trabalhadores informais que não contribuem para a Previdência Social, por exemplo, a estimativa do número de acidentes de trabalho, por ano, pode ser de cinco a dez vezes maior do que é divulgado oficialmente (IBGE, 2021; Malta et al., 2017).

Acidentes de trabalho acarretam custos financeiros para a saúde pública, para o sistema previdenciário e para as organizações, mas o maior impacto social repercute sobre indivíduos, famílias, colegas de trabalho e sociedade, sendo incalculável do ponto de vista quantitativo. A exposição a riscos de acidentes laborais pode interferir diretamente sobre a qualidade de vida dentro das organizações, principalmente, considerando que, conforme

Vilela, Almeida e Mendes (2012), eles consistem no principal agravo à saúde dos trabalhadores. Como define Limongi-França (2003), a qualidade de vida no trabalho consiste na percepção acerca do conjunto de escolhas de bem-estar referentes a hábitos – pessoais, familiares e organizacionais – saudáveis, num ambiente ético e sustentável, e que afetam as condições da vida no trabalho. Entende-se, portanto, que todas as ações que organizações e trabalhadores realizam na busca por integração biopsicossocial e controle dos fatores de riscos ocupacionais estão associadas à gestão da qualidade de vida no trabalho (Oliveira & Limongi-França, 2005).

Acidentes de trabalho podem gerar efeitos psicossociais em todas as dimensões da vida de uma pessoa, principalmente quando ocorrem em condições traumáticas e obrigam o indivíduo a reorganizar suas atividades cotidianas e a ressignificar valores e experiências. Nesse sentido, a reinserção no mundo do trabalho, após a ocorrência de um acidente laboral, pode assumir múltiplas formas para as pessoas que se acidentam e precisam se afastar do trabalho em razão disso. Souza e Faiman (2007) ressaltam que, para as pessoas que atribuem um grande peso à realização com o trabalho, a necessidade pessoal de voltar às atividades é bastante intensa, podendo-se observar sofrimento decorrente do adoecimento e do afastamento da vida profissional. Conforme Ramos, Tiltoni e Nardi (2008), o retorno ao trabalho pode se configurar como um importante objetivo na vida dos trabalhadores afastados e como um modo de reconstrução da imagem do “bom” trabalhador, que foi perdida com o afastamento. Garbin (2012) assinala que a vivência dos acidentes pode fazer com que trabalhadores afastados repensem suas condições de vida e de trabalho, e a exclusão, mesmo que temporária, do contexto profissional, pode deixar traumas e modificar as percepções sobre a experiência anteriormente construída pela atividade.

De acordo com Santana, Xavier, Moura, Oliveira e Espírito-Santo (2009), os acidentes laborais podem ser prevenidos, pois é possível distinguir grande parte dos seus determinantes, no entanto, um maior volume de informações sobre a extensão e as consequências dos acidentes de trabalho pode contribuir para que este assunto tenha prioridade na proposição de políticas públicas. Nesse sentido, esta revisão de literatura buscou dar visibilidade ao processo de retorno no trabalho após acidentes laborais, buscando responder ao seguinte problema de pesquisa: como tem se dado o retorno de trabalhadores aos ambientes laborais após afastamentos causados por acidentes de trabalho? O principal objetivo da pesquisa consistiu, portanto, em compreender os principais aspectos relacionados ao retorno laboral, para trabalhadores e para organizações, após acidentes ocorridos no contexto de trabalho. Entende-se que a presente investigação pode colaborar para a ampliação do conhecimento na área, auxiliando na compreensão das dificuldades relacionadas ao retorno laboral, indicando lacunas que requerem mais pesquisas a respeito e produzindo novas demandas para estudos na área, com base no mapeamento do que tem sido produzido sobre a temática. O conhecimento acerca dos possíveis obstáculos presentes no contexto de retorno ao trabalho também pode auxiliar na implementação de práticas de reinserção profissional, que visem a melhorar a qualidade de vida do trabalhador, além de contribuir para uma estruturação mais efetiva dos processos organizacionais.

## **Método**

Este trabalho seguiu os princípios básicos de uma revisão de literatura, com definição *a priori* dos critérios a serem seguidos em relação ao tipo de estudo e ao período de tempo analisado, assegurando o rigor metodológico da revisão. As buscas foram realizadas nas plataformas de pesquisa Google Acadêmico, Scielo e Portal de Periódicos da CAPES, sendo selecionados artigos publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2021, redigidos em português e sobre pesquisas empíricas realizadas no Brasil, a fim de propiciar uma análise o

mais voltada possível para a realidade brasileira. Foram utilizadas, de forma combinada, as palavras-chave “acidentes de trabalho” e “retorno ao trabalho”.

Após a exclusão de artigos duplicados, os artigos identificados passaram por uma primeira triagem, em que foram analisados pelo título, pelo resumo e pelas palavras-chave. Foram excluídos artigos que não tratavam (mesmo que indiretamente) de retorno laboral após acidentes de trabalho ou cujos textos completos não estavam disponíveis. Concluída esta fase de triagem, foi feita a leitura do corpo dos textos, o que levou à seleção de 12 artigos, que podem ser divididos em duas grandes abordagens: (1) estudos empíricos realizados somente com trabalhadores após acidentes laborais e (2) estudos empíricos realizados com trabalhadores após acidentes e adoecimentos relacionados ou não ao trabalho.

O primeiro grupo foi composto por quatro artigos, publicados entre 2013 e 2016, que relataram pesquisas sobre o processo de retorno laboral de pessoas que sofreram acidentes graves de trabalho. Três das quatro publicações abordaram o retorno ao trabalho sob o ponto de vista dos trabalhadores, por meio de questionários e/ou entrevistas. Uma das publicações analisou o processo de retorno com base numa análise dos prontuários de trabalhadores participantes do Programa de Reabilitação Profissional (PRP) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O segundo grupo de pesquisas foi constituído por oito artigos, publicados entre 2010 e 2021, os quais investigaram, de forma conjunta, o processo de retorno laboral tanto de pessoas que se afastaram por causa de acidentes de trabalho quanto de pessoas que se afastaram devido a acidentes e adoecimentos relacionados ou não ao trabalho. Apenas um dos artigos foi além do estudo da perspectiva de trabalhadores e abordou também o processo de retorno laboral sob o ponto de vista de gestores/organizações.

Como pode ser observado, o número de artigos voltados à pesquisa unicamente do retorno ao trabalho após acidentes laborais foi bastante reduzido no período analisado, o que demandou a inclusão de artigos que investigassem não apenas o processo de retorno após acidentes de trabalho, mas que traziam estes dados agrupados ao retorno laboral após acidentes ou adoecimentos diversos. Compreende-se que o impacto do acidente de trabalho é distinto do ocasionado por adoecimentos (causados ou não por fatores laborais), tendo em vista o caráter imprevisto e abrupto do acidente. Nesse sentido, ressalta-se que a análise dos artigos desse segundo conjunto de pesquisas privilegiou, sempre que possível, os resultados referentes somente aos casos de retorno ao trabalho após acidentes laborais. Acredita-se que, dessa forma, seja possível contribuir mais para a apresentação do conhecimento produzido na área diante da escassez de estudos específicos.

Cabe destacar ainda que grande parte das pesquisas parte de questões de saúde (amputações, queimaduras, traumas de mão) ocasionadas por condições laborais para, então, investigar o retorno ao trabalho, o que evidencia a perspectiva pela qual os pesquisadores buscam analisar o processo de retorno. Nestes casos, observa-se que grande atenção é dada aos processos de reabilitação física antes e durante a reinserção no contexto laboral. Já no caso de pesquisas cuja perspectiva parte do processo de retorno em si podem ser identificados mais estudos direcionados à análise de prontuários e dados informatizados de segurados do INSS ou que consideram o retorno de trabalhadores que tiveram diferentes motivos para o afastamento (acidentes, doenças relacionadas ou não ao trabalho). Estes aspectos devem ser levados em consideração ao se observar a diversidade metodológica empregada nos estudos levantados.

Diante do exposto, são apresentados, no Quadro 1, os 12 artigos selecionados.

#### **Quadro 1 – Artigos selecionados para revisão**

<b>Título do Artigo</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
-------------------------	----------------	------------

<b>Estudos empíricos realizados somente com trabalhadores após acidentes laborais</b>		
Perfil dos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho grave usuários de prótese do programa de readaptação profissional	Farias e Lucca	2013
Reabilitação e retorno ao trabalho após queimaduras ocupacionais	Schiavon et al.	2014
Acidente de trabalho na construção civil: consequências para o trabalhador	Souza et al.	2016
Retorno ao trabalho de trabalhadores com amputação de dedos em Curitiba, PR, Brasil	Simonelli et al.	2016
<b>Estudos empíricos realizados com trabalhadores após acidentes laborais, outros acidentes ou adoecimentos</b>		
Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem quali-quantitativa	Cabral et al.	2010
Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social	Vacaro e Pedroso	2011
Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre sua reinserção	Cestari e Carlotto	2012
Retorno ao trabalho de pacientes com amputação traumática de membros inferiores	Macêdo et al.	2013
Trabalhador “compatível”, fratura exposta no processo de produção da indústria automobilística: intensificação do trabalho e saúde em questão	Pina, Stotz e Jackson Filho	2018
Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência	Santos e Carvalho-Freitas	2018
O programa de reabilitação profissional do INSS e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho	Santos e Lopes	2021
Afastamento do trabalho: análise da percepção de gestores e reabilitados reintegrados à empresa de maneira sustentável	Santos e Oliveira	2018

Fonte: Elaborado pela autora

A revisão de literatura está apresentada em quatro tópicos: (1) perfil dos acidentados; (2) principais dificuldades encontradas pelos trabalhadores no retorno às suas atividades laborais; (3) principais consequências do retorno do trabalhador para as organizações; e (4) possíveis alternativas para minimizar os impactos gerados no retorno ao trabalho.

## Revisão de literatura

### Perfil dos acidentados

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência (2021), a maior parte dos acidentados de trabalho tende a acontecer com homens (66% das ocorrências em 2019), na faixa etária de 20 a 39 anos de idade. Ainda segundo a mesma fonte, ferimentos e fraturas de punho e mão (segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID) foram as principais lesões causadas por acidentes de trabalho, correspondendo a mais de 15% das notificações, em 2019. Destaca-se que estes dados se referem somente a segurados do INSS, cuja base oficial de dados não detalha o nível de escolaridade dos acidentados. Análise efetuada por Malta et al. (2017) sobre os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, a qual considera trabalhadores que podem ou não ser segurados da Previdência Social, constatou que, em números absolutos, ocorreram mais acidentes de trabalho com entrevistados sem instrução e com Ensino Fundamental incompleto (35%). A fim de traçar uma perspectiva comparativa entre alguns dos aspectos que caracterizam os perfis dos trabalhadores acidentados no Brasil e o público que tem participado de pesquisas sobre o tema, são apresentados, no Quadro 2, os principais dados (quando informados pelos autores) acerca dos participantes de cada um dos 12 estudos levantados na presente pesquisa:

### Quadro 2 – Características dos participantes dos 12 artigos da revisão de literatura

<b>Autores</b>	<b>Participantes</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Consequências do acidente</b>
----------------	----------------------	---------------	--------------	---------------------	----------------------------------

Farias e Lucca (2013)	40 prontuários de acidentados	92,5% homens	80% na faixa etária de 18 a 39 anos (média de 29 anos)	42,5% com Ensino Fundamental Incompleto	Amputação, principalmente de membro inferior
Schiavon et al. (2014)	2 trabalhadores acidentados	Um homem e uma mulher	Homem com 62 anos e Mulher com 56 anos	Homem com Ensino Médio completo e Mulher com Ensino Fundamental Incompleto	Queimadura
Souza et al. (2016)	17 trabalhadores acidentados	Todos eram homens	De 29 a 65 anos (média de 46,5 anos)	58% com Ensino Fundamental Incompleto	Não especificado
Simonelli et al. (2016)	15 trabalhadores acidentados	80% homens	Faixa etária predominante de 26 a 46 anos	Não especificada	Amputação de dedos
Cabral et al. (2010)	35 trabalhadores, sendo 33 acidentados	85,7% homens	Média de idade de 37 anos	54,3% com Ensino Fundamental Incompleto	Trauma de mão (lesões tendinosas ou nervosas, fraturas, esmagamentos)
Vacaro e Pedroso (2011)	802 cadastros, sendo 169 beneficiários de auxílio-acidente	69% homens	De 18 a 60 anos, com média de 38,9 anos	Não especificado	Não especificado
Cestari e Carlotto (2012)	5 trabalhadores, sendo um acidentado	Acidentado era do sexo masculino	36 anos	Não especificado	Esmagamento de dedo
Macêdo et al. (2013)	13 trabalhadores, sendo 6 acidentados	85% homens	Média de 36,3 anos	61% com Ensino Médio completo	Amputação de membro inferior
Pina, Stotz e Jackson Filho (2018)	20 trabalhadores, sendo 5 reabilitados após doença ou acidente de trabalho	Não especificado	Não especificada	Não especificado	Não especificado
Santos e Carvalho-Freitas (2018)	10 trabalhadores, sendo 5 acidentados	Não especificado	De 27 a 59 anos	60% com Ensino Médio ou Superior completo	Não especificado (descrito como deficiência física ou visual)
Santos e Lopes (2021)	592 prontuários de trabalhadores reabilitados; 8 trabalhadores, sendo 2 acidentados	Os dois acidentados eram homens	Não especificado	Um deles tinha Ensino Fundamental Incompleto e o outro não foi especificado	Amputação de membro inferior; Deslocamentos distais intervertebrais
Santos e Oliveira (2018)	10 gestores e 10 trabalhadores reabilitados após doença	Entre os trabalhadores, 80% eram homens	Média de 36,5 anos	Não especificado	Não especificado

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado, as amostras de participantes que compõem a maioria das pesquisas refletem o panorama oficial dos acidentes de trabalho no Brasil, apesar de nem todos os estudos detalharem certas características sociodemográficas dos participantes. Os estudos desenvolvidos na última década investigaram, em grande parte, pessoas na faixa etária ou com média de idade similar à faixa etária em que a ocorrência de acidentes de trabalho é mais comum (Ministério do Trabalho e Previdência, 2021). Em relação à escolaridade, quando apresentada nos estudos analisados, identificou-se que a maior parte dos pesquisados possuía Ensino Fundamental Incompleto, dado compatível com o apresentado por Malta et al. (2017). Cabe ressaltar que embora os homens estejam mais suscetíveis a acidentes de trabalho, devido a uma maior participação no mercado de trabalho, principalmente em atividades com maior exposição ao risco de acidentes (IBGE, 2021; Malta et al., 2017), observa-se, na maior parte das pesquisas uma sobrerrepresentação da população masculina, em comparação aos dados acerca de acidentes de trabalho, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência (2021). Nesse sentido, constata-se uma lacuna nas pesquisas sobre o retorno ao trabalho de trabalhadoras após acidentes laborais, fator que deve ser considerado, por exemplo, diante da reconhecida dupla/tripla jornada de trabalho (remunerado e não remunerado) vivenciada por grande parte das mulheres (IBGE, 2021). As possíveis consequências dos acidentes de trabalho impactam mais o retorno às atividades sociais e ao trabalho das mulheres? Elas não estão retornando ao trabalho e, por isso, estão em menor número nas amostras das pesquisas sobre esse tema? Vale investigar, portanto, como o marcador social de gênero pode impactar no retorno ao trabalho de mulheres, que, a despeito de o número de acidentes com elas ocorrer em menor número, ainda correspondem a aproximadamente um terço dos casos oficialmente registrados pelo Ministério do Trabalho e Previdência (2021).

Outro ponto que merece destaque ao se analisar a ocorrência de acidentes de trabalho no Brasil refere-se ao número de pessoas que retornam ao trabalho, as circunstâncias em que essa reinserção laboral ocorre e as políticas relacionadas a esse processo. Pesquisas como a de Farias e Lucca (2013), Vacaro e Pedroso (2011) e Santos e Lopes (2021) estudaram dados de prontuários e cadastros referentes ao retorno de trabalhadores reabilitados no contexto do Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que é bastante relevante para se avaliar, de modo amplo, a efetividade de políticas públicas nas áreas da saúde e, principalmente, do trabalho. Além disso, pesquisas com este enfoque possibilitam uma caracterização de como tem se dado o retorno de trabalhadores após acidentes laborais, no Brasil. Com base na análise geral dos dados, Vacaro e Pedroso (2011) e Santos e Lopes (2021) observaram que menos da metade dos segurados retornaram ao trabalho, mas é relevante destacar que, quando a análise se restringe a pessoas que sofreram acidentes de trabalho, percebeu-se que a maioria retomou as suas atividades laborais. Vacaro e Pedroso (2011) identificaram que 58,7% dos beneficiários de auxílio-acidente retornaram ao trabalho, enquanto Farias e Lucca (2013) observaram que 65% dos acidentados que tiveram amputação de membros voltaram a trabalhar.

Por outro lado, estudos com abordagem metodológica qualitativa e que partiram da análise das condições de saúde para então avaliar as possibilidades de retorno, como as pesquisas de Cabral, Sampaio, Figueiredo e Mancini (2010), Macêdo, Chamlian, Leal, Bonilha & Rezende (2013) e Simonelli, Jackson Filho, Schneider & Machado (2016) constataram que a maioria dos participantes afastados por motivo de acidente ou doença retornou ao trabalho. Vale ressaltar que na investigação proposta por Cabral et al. (2010), a

grande maioria dos pesquisados tinha sofrido acidentes de trabalho e na pesquisa de Simonelli et al (2016) todos os participantes eram acidentados, o que também pode sinalizar uma maior tendência de retorno após acidentes. Macêdo et al. (2013) salienta, em seu estudo, que ter sofrido acidente de trabalho não levou a uma homogeneidade de desfechos nos casos de amputação de membro inferior e indicam a necessidade de estudos que possam produzir dados mais conclusivos. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de que sejam desenvolvidas pesquisas que busquem refinar análises e confirmar se, de fato, existe uma tendência maior de que trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho voltam a trabalhar, em comparação com pessoas beneficiárias de auxílio-doença, por exemplo. Tão importante quanto a demanda por investigações que identifiquem os fatores associados às diferenças (se confirmadas) relacionadas às distintas situações (acidentes ou doenças) é a necessidade de se pesquisar como as eventuais e distintas sequelas decorrentes impactam a qualidade de vida dos trabalhadores.

### **Principais dificuldades enfrentadas pelo trabalhador no retorno às atividades laborais após o acidente de trabalho**

Observa-se, na literatura acadêmico-científica produzida de 2010 a 2021, uma quase unanimidade no apontamento das adversidades vivenciadas pelos trabalhadores no processo de retorno laboral. No estudo de Souza et al. (2016), por exemplo, feito com trabalhadores da construção civil, os participantes destacaram a convivência com as dores físicas e as incapacidades parciais permanentes. Os autores destacaram que a natureza das atividades desempenhadas na construção civil possui uma expressiva exigência de força por parte dos trabalhadores, o que faz com que eles não retornem com a mesma capacidade produtiva. Além disso, muitos trabalhadores (sem vínculo com o mercado formal e, portanto, sem acesso a benefícios previdenciários) retornaram ao trabalho sem estarem totalmente recuperados dos acidentes sofridos, o que os obrigava a lidar, por um lado, com perdas financeiras e com o abandono de empregadores, já que muitos foram desligados após a ocorrência dos acidentes e, por outro lado, com as limitações físicas e as consequentes dificuldades para alcançar condições satisfatórias de produção (Souza et al., 2016).

Em estudo conduzido por Santos e Carvalho-Freitas (2018), a maioria dos pesquisados mostrou-se motivada a voltar ao trabalho, principalmente, por questões financeiras. Foi observado ainda que, para os participantes que se acidentaram no trabalho, a imagem da organização ficou vinculada ao acidente, sendo vista como um espaço que tirou um membro ou uma capacidade. Além disso, ao retornar às atividades laborais, muitos trabalhadores demonstraram preocupações e expectativas negativas acerca da reação dos colegas, da não adaptação às tarefas (antigas ou novas) ou da diminuição da produtividade. As autoras ressaltam que esse medo de redução da produtividade é baseado numa exigência pessoal dos próprios pesquisados, que se dá, possivelmente, pela existência de uma cultura organizacional que privilegia o rendimento e o desempenho como pontos-chave no processo de reconhecimento e valorização profissional.

Em estudo com trabalhadores que sofreram queimaduras ocupacionais, Schiavon et al. (2014) observaram que os participantes passaram por mudanças físicas, estéticas e emocionais, que impactaram negativamente o retorno ao trabalho, tendo as limitações funcionais (dificuldades de movimentação e sensibilidade da pele) afetado a capacidade laboral dos indivíduos. Nesses casos, o receio acerca da percepção que outras pessoas teriam sobre as cicatrizes visíveis em áreas do corpo mais expostas (como face e membros superiores) impactou a autoimagem e a autoestima destes trabalhadores, representando um aspecto importante para a retomada das atividades sociais.

Pina, Stotz e Jackson Filho (2018), ao pesquisar trabalhadores com restrições definitivas para o exercício de suas atividades, devido a acidentes ou doenças, mas ainda com condições de exercer outras tarefas, observaram que o retorno laboral era caracterizado por restrições (posições forçadas, limitações quanto à utilização da força física, movimentos repetitivos ou indevidos do corpo). Tais condições de trabalho constituíam, assim, barreiras para um processo de retorno que preservasse a qualidade de vida dos trabalhadores, visto que eles eram pressionados a trabalhar no grau de intensidade exigido pela gestão e não de acordo com sua capacidade produtiva. Além disso, puderam ser observadas formas de violência simbólica, como a propagação da imagem dos reabilitados como “vagabundos” ou como pessoas que “roubam a empresa”, por apresentarem desempenhos inferiores às exigências organizacionais.

No estudo de Santos e Oliveira (2018), a maioria dos trabalhadores entrevistados não tinha retornado às suas atividades laborais e a parcela que retornou relatou não apresentar a mesma eficiência produtiva, enquanto alguns trabalhadores relataram ter pedido demissão por não estarem aguentando a “pressão” e o “descaso” das empresas. O estudo de Simonelli et al. (2016) identificou que a maioria delas foi reinserida na função que exercia anteriormente, embora muitas alegassem dificuldades para realizar suas atividades laborais após seis meses do retorno. Foi observado um baixo índice de mudanças na área de atuação e de composição das tarefas de trabalho e, apesar das queixas quanto às limitações, apenas um dos participantes, por solicitação própria, teve modificações no conteúdo de suas tarefas (adequação das tarefas às suas capacidades pós-acidente). Realizado com um número bem menor de trabalhadores e com características bastantes distintas do estudo de Simonelli et al. (2016), Cestari e Carlotto (2012) observaram que os trabalhadores pesquisados retornaram ao mesmo ambiente de trabalho e para a mesma função, com restrição de tarefas ou em outra atividade. Os relatos de alguns participantes, no entanto, demonstraram que as empresas às quais estavam vinculados não se preocuparam com o processo de readaptação nas atividades praticadas antes do acidente, desconsiderando as novas condições de habilidades e aptidões dos trabalhadores.

Os obstáculos colocados pelas organizações, para a realocação dos trabalhadores reabilitados em cargos e atividades mais condizentes com as suas respectivas potencialidades físicas e psicossociais, constituem resultados comuns nos estudos de Santos e Oliveira (2018), Simonelli et al. (2016) e Cestari e Carlotto (2012). Percebe-se, portanto, uma queixa recorrente dos trabalhadores pesquisados acerca da forma como são tratados como pessoas e profissionais (embora tais aspectos não possam ser desarticulados), denotando um aspecto de extrema relevância para que as organizações consigam realizar um processo de retorno que priorize a qualidade de vida no trabalho. Cabe destacar, por outro lado, um dos resultados da pesquisa de Pina, Stotz e Jackson Filho (2018), que observou que trabalhadores reabilitados de uma indústria automobilística, quando transferidos da produção direta para atividades administrativas, passavam a se sentir “inúteis” e excluídos da organização. Entende-se, dessa forma, a necessidade de que esse processo seja bem planejado e esteja atento às demandas e interesses manifestos dos trabalhadores.

Ao investigar possíveis motivos capazes de interferir no retorno ao trabalho de pessoas com amputação de membros inferiores, Macêdo et al. (2013) não identificaram relação importante entre o processo de retorno e fatores isolados – recebimento de benefício previdenciário ou idade, por exemplo – como pontos determinantes para o não retorno ao trabalho. O estudo de Cabral et al. (2010), ao investigar o retorno ao trabalho de pessoas com lesão de mão, ressalta a relevância do recebimento de auxílio-acidente, da presença de um profissional para acompanhar o processo de retorno e da realização de ajustes nos postos e nos horários de trabalho, a fim de possibilitar a continuidade do tratamento dos reabilitados.

Tendo em vista a natureza complexa e multifatorial das lesões de mão, Cabral et al. (2010) destacam o receio de um novo acidente, o medo de demissão, o tempo de afastamento e a atitude de descaso dos colegas e da empresa como fatores importantes a serem considerados nestas circunstâncias. Em estudo com trabalhadores que se afastaram do trabalho devido a acidentes ou doenças, Santos e Lopes (2021), por exemplo, observaram que, para a maioria dos participantes, o tempo de afastamento do trabalho teve influência no processo de retorno (quanto mais tempo afastado mais difícil o retorno).

Alguns fatores psicossociais do processo de retorno foram abordados por Cestari e Carlotto (2012), tendo as autoras argumentado que, muitas vezes, é imposto aos reabilitados um sentimento de obrigação, de modo que eles não podem se negar a assumir a função ofertada e devem sentir-se “gratos” pelo fato de a empresa ter aceitado o retorno. Dentre os relatos, destacam-se alguns fatores que dificultaram a adaptação ao novo trabalho, como o exercício de função com a qual não se identificavam, a formação de vínculo com novos colegas novos, a acomodação por ficar muito tempo em casa, o medo do retorno após muito tempo de afastamento e a aceitação dos limites funcionais decorrentes da doença ou do acidente. Simonelli et al. (2016) também destacaram que o retorno ao trabalho constituiu um momento difícil, marcado por muitas incertezas em relação ao futuro, à recuperação e à capacidade laboral, o que pode ser agravado caso os aspectos psicossociais não sejam abordados. Tais pesquisas demonstram a importância que as organizações devem dar a estes aspectos, compreendendo o trabalhador como um ser humano integral e não somente como alguém que possui (ou não) condições físicas e cognitivas de voltar a desempenhar atividades que realizava antes do acidente ocorrido dentro do contexto organizacional.

Para Schiavon et al. (2014), a falta de acompanhamento psicológico, de um plano de reabilitação e de treinamento individualizado, de acordo com as necessidades de cada trabalhador, constituiu um aspecto dificultador do retorno às atividades laborais. Santos e Oliveira (2018) também observaram que a maioria dos pesquisados que participaram do Programa de Reabilitação Profissional do INSS não tiveram acompanhamento nem contaram com procedimentos apropriados para uma recuperação eficaz. Farias e Lucca (2013) destacam que o Programa de Reabilitação Profissional do INSS ainda é bastante focado em critérios de funcionalidade orgânica, não dispendo de uma equipe multiprofissional para o monitoramento e o adequado apoio psicossocial aos trabalhadores em reabilitação. A ausência de acompanhamento psicossocial daqueles que estão em processo de retorno é uma falha identificada pelas pesquisas recentes, mas que, até o momento, não aparenta receber a devida atenção das ações nesta área, demandando uma reorientação das políticas públicas relacionadas. Conforme Arellano e Limongi-França (2013), a promoção de qualidade de vida no trabalho, no contexto brasileiro, requer que as organizações propiciem o desenvolvimento biopsicossocial do trabalhador, responsabilizando-se também por ações de conscientização, prevenção e assistência que deveriam caber aos programas das áreas públicas. No Quadro 3, são apresentados os aspectos mais comuns ao processo de retorno ao trabalho, identificados nos estudos revisados:

### **Quadro 3 – Síntese das principais dificuldades relacionadas ao retorno laboral**

<b>Autores</b>	<b>Dificuldades encontradas</b>
Schiavon et al. (2014); Simonelli et al. (2016); Souza et al. (2016); Pina, Stotz e Jackson Filho (2018)	Sequelas físicas podem acarretar limitações funcionais que impactam negativamente na produtividade do trabalhador reabilitado.
Santos e Carvalho-Freitas (2018); Santos e Oliveira (2018); Simonelli et al. (2016); Souza et al. (2016)	Trabalhadores mostram-se preocupados com a própria produtividade após o retorno ao trabalho.
Cestari e Carlotto (2012); Santos e Oliveira (2018); Simonelli et al. (2016)	Algumas organizações dificultam a realocação dos trabalhadores reabilitados em outros cargos e

	atividades.
Cabral et al. (2010); Cestari e Carlotto (2012); Macêdo et al. (2013); Santos e Lopes (2018)	Tempo de afastamento pode influenciar o processo de retorno ao trabalho (existe divergência entre os estudos).
Cabral et al. (2010); Farias e Lucca (2013); Schiavon et al. (2014); Santos e Oliveira (2018)	Existe necessidade de acompanhamento do processo de reabilitação do trabalhador.
Cestari e Carlotto (2012); Pina, Stotz e Jackson Filho (2018); Santos e Carvalho-Freitas (2018); Simonelli et al. (2016)	O retorno ao trabalho pode mobilizar sentimentos de angústia, ansiedade e receio de discriminação no trabalhador reabilitado.

Fonte: Elaborado pela autora

### **Principais consequências do retorno do trabalhador para a organização**

O impacto, nas organizações, do retorno de trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho consistiu num dos aspectos menos estudados na área, nesta última década. Dos 12 estudos identificados nesta revisão, apenas a pesquisa realizada por Santos e Oliveira (2018) se dedicou a investigar as possíveis consequências desse retorno para as empresas. Sob o ponto de vista de dez gestores, sendo nove homens e uma mulher com idades entre 39 e 55 anos e ensino superior completo, percebe-se que o retorno dos trabalhadores impõe alguns desafios para as organizações, como, por exemplo, entender as necessidades e limitações que eles podem encontrar na execução de tarefas, bem como possibilitar a sua (re)integração às equipes de trabalho.

Muitos gestores apontaram para a necessidade de receberem treinamentos/capacitações que os permitissem tomar melhores decisões diante desse cenário. Tendo em vista que nas relações estabelecidas entre trabalhadores e organizações encontra-se o Programa de Reabilitação Profissional do INSS, identificou-se uma tendência dos gestores em classificarem o Programa como insuficiente ou ineficaz na preparação dos acidentados para a volta às empresas. Alguns pesquisados alegaram que a reabilitação promovida no INSS não ocorreria de fato, pois o trabalhador era desligado do Programa sem apresentar condições efetivas de retornar ao ambiente organizacional, não ocorrendo um acompanhamento da instituição sobre como estava ocorrendo o retorno laboral. Por outro lado, foi observado que em organizações que forneciam capacitação referente à reintegração de reabilitados (com supervisão de médico do trabalho) e/ou que buscaram adequar as atividades que podiam ser exercidas pelo reabilitado, o gestor se percebeu mais preparado para lidar com o trabalhador, além de fazer uma melhor avaliação do Programa de Reabilitação Profissional do INSS (Santos & Oliveira, 2018).

O desempenho dos reabilitados é algo que divide as opiniões dos gestores, visto que enquanto alguns percebem que certos reabilitados se mostram tão produtivos quanto os demais trabalhadores e se socializam bem com as equipes laborais, outros gestores se queixam do comportamento de alguns reabilitados, alegando insubordinação ou atitudes prejudiciais à convivência, devido à “segurança” proporcionada pela garantia legal de estabilidade no emprego. Além disso, segundo relatado, reabilitados podem deixar de se sentir parte da organização, culpando-a pela ocorrência do acidente, aspecto similar ao identificado no estudo de Santos e Carvalho-Freitas (2018). Outro fator que interfere no convívio dentro do ambiente de trabalho consiste nos comportamentos de discriminação que são, muitas vezes, manifestos no cotidiano laboral. Alguns gestores assinalaram a importância de que as resistências em relação aos reabilitados sejam abordadas, tendo em vista que, conforme relatos, alguns membros das equipes percebem os reabilitados como pessoas que não conseguem produzir o mesmo que as demais, mas que tem a mesma remuneração, o que é percebido como uma injustiça dentro das empresas (Santos & Oliveira, 2018).

Os relatos de gestores, apresentados no artigo de Santos e Oliveira (2018), demonstram a necessidade de que sejam desenvolvidos mais estudos acerca dos vários

aspectos que cercam o retorno de trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho. É importante conhecer melhor, por exemplo, a forma como as organizações lidam com a demanda por adaptações nas condições e práticas de trabalho, as relações interpessoais entre reabilitados e demais trabalhadores, as estratégias possíveis para capacitação de gestores para manejar bem o processo de retorno dos reabilitados, os critérios utilizados para avaliação de desempenho destes trabalhadores e uma possível interferência de preconceitos, entre outras questões. É necessário ainda desenvolver estudos que investiguem melhor como as organizações podem garantir a qualidade de vida no trabalho daqueles que retornam após acidentes laborais, visto que o conhecimento acerca deste aspecto e de outros fatores relacionados é benéfico para todos os envolvidos nestas relações. Diante dos comentários dos gestores acerca da produtividade dos reabilitados, apontados no mesmo estudo, são requeridas também mais pesquisas que investiguem se os trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho estão sendo desligados do Programa de Reabilitação Profissional do INSS em condições de retomarem suas atividades laborais, ainda que em funções distintas das que antes eram exercidas.

### **Possíveis alternativas para minimizar os impactos gerados no retorno ao trabalho**

Conforme Schiavon et al. (2014), o apoio de familiares e amigos, a motivação e o desejo de voltar a trabalhar constituem aspectos facilitadores para o retorno de um trabalhador que sofreu acidente laboral. Em pesquisa de Cestari e Calotto (2012), os trabalhadores demonstraram que o relacionamento com chefias e colegas foi um elemento facilitador de seu processo de reingresso à empresa, uma vez que a chefia tende a proporcionar suporte instrumental, enquanto colegas, também proporcionam esse suporte, mas possibilitam, principalmente, suporte social-afetivo. Nota-se que o apoio ao trabalhador reabilitado, dentro e fora do ambiente organizacional, constitui um aspecto relevante para o êxito do retorno ao trabalho. No que se refere às empresas, este suporte se caracteriza como uma medida bastante acessível, já que não apresenta grandes dificuldades para ser implementada, e demanda, principalmente, a qualificação de gestores e equipes de trabalho para que possam propiciar acolhimento e relações não discriminatórias.

Por outro lado, na literatura acadêmico-científica produzida na última década, predominou o argumento, indicado por muitos autores, de que o nível de escolaridade do trabalhador acidentado é um dos principais fatores com potencial para interferir no seu processo de retorno laboral (Farias & Lucca, 2013; Santos & Lopes, 2021; Simonelli et al., 2016; Vacaro & Pedroso, 2011). Um maior nível de escolaridade abre mais possibilidades de atividades laborais que podem ser realizadas e, como Simonelli et al. (2016) argumentam, a maior escolaridade torna possível que atividades com alta carga de trabalho físico sejam evitadas, amenizando um maior risco de novos acidentes e considerando também que reabilitados podem apresentar sequelas de acidentes anteriores. Além disso, conforme Santos e Lopes (2021), a baixa escolaridade pode levar à perda do emprego após o acidente, constituindo-se uma barreira para que os reabilitados consigam atender as exigências impostas pela modernização dos postos de trabalho. Vacaro e Pedroso (2011) ressaltam que a baixa escolaridade impossibilita, até mesmo, que o trabalhador participe de determinados cursos ofertados pelo Programa de Reabilitação Profissional do INSS e possa, assim, ampliar suas possibilidades de reinserção no mercado. Para os trabalhadores que frequentam os cursos do INSS, é preciso, como Santos e Lopes (2021) pontuam, que haja uma articulação entre as políticas previdenciárias e as demais políticas de amparo ao trabalho, constituindo ações intersetoriais com a sociedade civil e com instituições públicas e privadas, a fim de assegurar vagas de estágio e/ou emprego nas áreas para as quais os trabalhadores foram reabilitados.

Nota-se, portanto, a importância de ações específicas que busquem elevar o nível de escolaridade de vítimas de acidentes de trabalho, de modo a aumentar suas possibilidades de retorno ao trabalho e minimizar as dificuldades desse processo. As organizações também podem promover treinamentos e capacitações que busquem qualificar esses trabalhadores para ocupar os cargos que elas têm disponíveis, de acordo também com as potencialidades por eles demonstradas. Numa perspectiva mais ampla, é imprescindível ainda cobrar do Estado o investimento em políticas públicas de educação e qualificação profissional, as quais são capazes de viabilizar mudanças estruturais na sociedade e contribuir para a redução das desigualdades no acesso às oportunidades de trabalho.

Alguns autores também enfatizam a importância de se considerar características específicas das lesões decorrentes dos acidentes ao se planejar o retorno de trabalhadores acidentados (Cabral et al., 2010; Macêdo et al., 2013; Simonelli et al., 2016). Indivíduos amputados de membros inferiores, por exemplo, podem encontrar maiores dificuldades de retornar ao trabalho, caso apresentem lesão de plexo braquial associada, como demonstrado no estudo de Macêdo et al. (2013). A articulação do tipo e da baixa severidade de lesões (amputação de dedos) e da idade dos sujeitos (jovens), como identificado no estudo de Simonelli et al. (2016) é um aspecto que contribuiu para um maior índice de retorno ao trabalho. As possíveis repercussões de acidentes laborais sobre a saúde física e mental dos trabalhadores são muitas, sendo necessário o desenvolvimento de outras pesquisas voltadas para a compreensão desses desdobramentos, a fim de que as organizações possam elaborar estratégias mais específicas, de acordo com as demandas dos reabilitados, minimizando eventuais impactos negativos durante a reinserção laboral.

Em relação ao processo de retorno, como um todo, alguns autores indicam a necessidade de reestruturação das ações de reabilitação promovidas pelo INSS (Cestari & Carlotto, 2012; Farias & Lucca, 2013; Santos & Lopes, 2021). Cestari e Carlotto (2012) argumentam que é fundamental o estabelecimento de uma parceria produtiva entre trabalhadores, INSS e empresas a que eles estão vinculados. Santos e Lopes (2021) indicam ainda a necessidade de que profissionais do INSS e reabilitados tenham uma postura mais ativa no processo de reabilitação. Ao abordar o Programa de Reabilitação Profissional do INSS, Farias e Lucca (2013) destacam a necessidade de que seja promovido um adequado monitoramento por equipe multiprofissional do processo de reabilitação e retorno do trabalhador, o que tem impacto direto sobre o quão bem-sucedido se dará a reinserção no contexto organizacional. Schiavon et al. (2014) ressaltam ainda a importância do apoio de colegas de trabalho e da instituição empregadora como um fator que pode contribuir para um processo de retorno mais efetivo para ambas as partes. Observa-se, portanto, que uma das formas de amenizar as dificuldades decorrentes do processo de retorno consiste em articular os diversos atores envolvidos, como trabalhadores acidentados, INSS, organizações, colegas e gestores, buscando possibilitar que as pessoas e os ambientes sejam preparados para o retorno dos reabilitados.

As pesquisas destacam ainda que o processo de retorno depende de fatores relacionados ao trabalho e, como assinalado por Simonelli et al. (2016), condições físicas dos postos, relações com colegas e gestores, bem como exigências organizacionais, postura da empresa ou do mercado de trabalho indicam o quão exitoso esse processo pode ser. Nesse sentido, os autores sugerem a realocação de reabilitados em postos de trabalho distintos dos ocupados anteriormente por eles, considerando suas condições físicas. Simonelli et al. (2016) também argumentam que políticas ou programas internos às empresas, voltados à reinserção e que valorizam a autoavaliação dos trabalhadores sobre a própria capacidade laborativa, contribuem muito para este processo. Schiavon et al. (2014) recomendam que as organizações realizem alterações no modo de realização das tarefas e na forma de avaliar o desempenho de

trabalhadores que apresentam limitações físicas decorrentes dos acidentes. Cestari e Carlotto (2012) ressaltam ainda que as ações que visam a possibilitar a retomada da trajetória profissional devem partir de avaliação criteriosa sobre a atividade a ser executada pelo trabalhador, considerando, suas condições físicas, técnicas, operacionais e emocionais, visto que o retorno não se refere somente à oportunidade de sustento, mas também à retomada da autoestima, identidade, autonomia e inclusão social. Percebe-se que, cabe às organizações, parte das ações potencialmente capazes de contribuir para uma reinserção que busque garantir a qualidade de vida do trabalhador num momento muito relevante da sua vida profissional. Como abordado na literatura, ouvir o trabalhador acerca de suas expectativas, alocá-lo em funções nas quais ele possa se sentir produtivo e reconhecido, adaptar atividades e preparar gestores para lidar com a situação de retorno constituem algumas das ações que podem favorecer esse processo.

Alguns fatores indicados, nos estudos revisados, para amenizar os impactos do retorno do profissional reabilitado ao trabalho são sintetizados no Quadro 4, a seguir:

**Quadro 4 – Síntese dos principais aspectos que podem minimizar os impactos negativos do retorno ao trabalho**

<b>Autores</b>	<b>Aspectos</b>
Farias e Lucca (2013); Santos e Lopes (2018); Santos e Oliveira (2018); Simonelli et al. (2016); Vacaro e Pedroso (2011)	Maior nível de escolaridade do trabalhador.
Cestari e Carlotto (2012); Schiavon et al. (2014); Simonelli et al. (2016)	Bom relacionamento com colegas e chefias.
Cestari e Carlotto (2012); Farias e Lucca (2013); Santos e Lopes (2018); Simonelli et al. (2016)	Reestruturação das ações de reabilitação promovidas pelo INSS (sugestão dada por autores com base nas práticas efetuadas atualmente).
Cestari e Carlotto (2012); Schiavon et al. (2014); Simonelli et al. (2016)	Adaptação das tarefas e das condições físicas dos postos de trabalho e adequação das exigências das organizações em relação ao desempenho do trabalhador reabilitado.

Fonte: Elaborado pela autora

**Considerações Finais**

Por meio desta revisão, pode-se perceber que os aspectos relacionados ao retorno laboral de vítimas de acidentes de trabalho ainda requer mais estudos. A identificação das inúmeras variáveis que interferem no processo de reabilitação física e psicossocial dos trabalhadores, bem como das possíveis intervenções organizacionais, de acordo com levantamento feito na presente investigação, podem contribuir para viabilizar uma reinserção mais efetiva e capaz de proporcionar maior qualidade de vida no trabalho para as vítimas de acidentes no ambiente laboral.

Após as análises das fontes consultadas, foi possível observar a pouca presença de mulheres entre os participantes das investigações. Considerando que um terço dos acidentes de trabalho ocorrem com a parcela feminina da população trabalhadora, identificou-se uma lacuna sobre como o marcador social de gênero interfere no processo de retorno ao trabalho. Já em relação às outras variáveis sociodemográficas – idade e escolaridade – foi observada uma proporção similar entre o número de pesquisados e os dados acerca de acidentados no trabalho. Percebeu-se ainda a tendência de pessoas que se acidentam retornarem mais ao trabalho do que pessoas acometidas por adoecimentos variados.

Na perspectiva dos trabalhadores, lidar com as limitações físicas decorrentes dos acidentes e com as próprias percepções de redução da produtividade, bem como a necessidade de se sentirem acolhidos pelas organizações, ao levar em conta as suas características

psicossociais, constituíram alguns dos fatores mais relevantes ao se pensar no processo de retorno. O apoio social expresso por familiares, amigos, colegas de trabalho e chefias mostrou-se um fator motivador e facilitador da reinserção, em contraste com os relatos de sentimentos de exclusão dentro do ambiente organizacional. Mostrou-se necessária a adequação das tarefas laborais, por alocação em setores distintos daqueles em que os trabalhadores exerciam suas atividades antes dos acidentes e por uma maior necessidade de cuidado por parte das organizações com os reabilitados. Esse cuidado poderia ser demonstrado pela iniciativa da organização em adequar as condições de trabalho e também pela possibilidade de escuta dos trabalhadores acerca das suas necessidades físicas e psicossociais. A oferta de treinamentos para ocupar os cargos disponíveis na organização, foi apontada pelos estudos como uma necessidade para uma melhor adequação dos trabalhadores que estão retornando após acometimento por acidentes laborais.

Já na perspectiva das organizações e do ponto de vista dos gestores, quando se observa a forma de reintegração do reabilitado, é notória a necessidade de qualificação e capacitação para a escolha das melhores alternativas para conciliar as potencialidades do trabalhador e as características das atividades a serem desempenhadas, conforme os padrões esperados de produtividade. Destaca-se ainda a necessidade de as organizações estarem preparadas para receber reabilitados e estarem dispostas a efetivar uma gestão da diversidade que, verdadeiramente, considere as diferenças existentes no quadro funcional, tal como vem sendo discutido na produção acadêmica recente (Freitas, 2015). Apesar da contribuição que os treinamentos podem oferecer, salienta-se a relevância das organizações adotarem programas que abarquem ações consistentes e constantes capazes de estimular e reforçar relações acolhedoras e não discriminatórias. Nesse sentido e conforme Farsen, Boehs, Ribeiro, Biavati & Silva, (2018), a qualidade de vida no trabalho se faz por meio de políticas e práticas organizacionais que proporcionam condições favoráveis para a saúde do trabalhador, possibilitando a promoção de sentimentos positivos em relação ao trabalho.

Foram constatadas, ainda, importantes lacunas no decorrer do presente estudo, como, por exemplo, no que se refere ao modo como as organizações têm realizado e avaliado o processo de reinserção dos reabilitados, requerendo uma maior necessidade de estudos a respeito. Por fim, entende-se que as estratégias de busca e de apresentação das pesquisas selecionadas para este estudo possibilitou uma melhor compreensão do tema constituindo em um importante elemento para auxiliar profissionais na implementação de ações de retorno ao trabalho capazes de tornar os ambientes laborais mais inclusivos e acolhedores para trabalhadores vítimas de acidentes laborais.

## **Referências**

- Arellano, E. B., & Limongi-França, A. C. (2013). Análise crítica dos indicadores dos programas de qualidade de vida no trabalho no Brasil. *O Mundo da Saúde*, 37(2), 141-151.
- Cabral, L. H. A., Sampaio, R. F., Figueiredo, I. M., & Mancini, M. C. (2010). Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem quali quantitativa. *Rev Bras Fisioter.*, 14(2), 149-157.
- Cestari, E., & Carlotto, M. S. (2012). Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre sua reinserção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(1), 93-115.

- Farias, S H., & Lucca, S. R. (2013). Perfil dos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho grave usuários de prótese do programa de readaptação profissional. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 37(3), 725-738.
- Farsen, T. C., Boehs, S. T. M., Ribeiro, A. D. S. Biavati, V. P., & Silva, N. (2018). Qualidade de vida, bem-estar e felicidade no trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam? *Interação em Psicologia*, 22(1), 31-41.
- Freitas, M. E. (2015). Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. *RIGS: Revista Interdisciplinar*, 4(3), 87-135, 2015.
- Garbin, L. S. (2012). Representações sociais de trabalhadores acidentados sobre o retorno ao trabalho. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: Acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Autor.
- Lei nº 8.213*, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- Limongi-França, A. C. (2003). *Qualidade de Vida no trabalho – QVT: Conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Atlas.
- Macêdo, M. C. M., Chamlian, T. R., Leal, C. A. P., Bonilha, M. M., & Rezende, F. (2013). Retorno ao trabalho de pacientes com amputação traumática de membros inferiores. *Acta Fisiatr.*, 20(4), 179-182.
- Maia, A. L. S. et al. (2015). *Acidentes de trabalho no Brasil em 2013: comparação entre dados selecionados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (PNS) e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) do Ministério da Previdência Social*. São Paulo: Fundacentro.
- Malta, D. C. et al. (2017). Acidentes de trabalho autorreferidos pela população adulta brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(1), 169-178.
- Ministério do Trabalho e Previdência Social (2021). *Capítulo 31 – Acidentes do Trabalho*. Recuperado em 15 de fevereiro de 2022, de <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/arquivos/versao-onlnteaeps-2019/secao-iv-2013-acidentes-do-trabalho/capitulo-31-acidentes-do-trabalho>. Acesso em: 15 fev. 2022.

- Oliveira, P. M., & Limongi-França, A. C. (2005). Avaliação da gestão de programas de qualidade de vida no trabalho. *RAE-eletrônica*, 4(1), 1-21.
- Pina, J. A., Stotz, E. N., & Jackson Filho, J. M. (2018). Trabalhador “compatível”, fratura exposta no processo de produção da indústria automobilística: intensificação do trabalho e saúde em questão. *Cad. Saúde Pública*, 34, (7), e00114017.
- Ramos, M. Z., Tittoni, J., & Nardi, H. C. (2008). A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 209-221.
- Santana, V. S., Xavier, C., Moura, M. C. P., Oliveira, R., & Espírito-Santo, J. S. (2009). Gravidade dos acidentes de trabalho atendidos em serviços de emergência. *Rev. Saúde Pública*, 43(5), 750-760.
- Santos, G. S. H., & Lopes, R. E. (2021). O programa de reabilitação profissional do INSS e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, (e2100).
- Santos, J. C., & Carvalho-Freitas, M. N. (2018). Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 184-197.
- Santos, S. R. T. G., & Oliveira, L. H. (2018). Afastamento do trabalho: análise da percepção de gestores e reabilitados reintegrados à empresa de maneira sustentável. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 8(3), 40-66.
- Schiavon, V. C. et al. Reabilitação e retorno ao trabalho após queimaduras ocupacionais (2014). *R. Enferm. Cent. O. Min.*, 4(1), 929-939.
- Silva, M. A. S. M., & Hashimoto, F. (2003). Afastados do trabalho: repercussões na vida do indivíduo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 16(171), 32-37.
- Simonelli, A. P., Jackson Filho, J. M., Schneider, B. R. L., & Machado, D. R. (2016). Retorno ao trabalho de trabalhadores com amputação de dedos em Curitiba, PR, Brasil. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*, 27(2), 138-145.
- Souza, M. B. et al. (2016). Acidente de trabalho na construção civil: consequências para o trabalhador. *Investigação Qualitativa em Saúde*, 2, 1330-1339.
- Souza, M. E. L., & Faiman, C. J. S. (2007). Trabalho, saúde e identidade: repercussões do retorno ao trabalho, após afastamento por doença ou acidente, na identidade profissional. *Saúde, Ética & Justiça*, 12(1/2), 22-32.
- Vacaro, J. E., & Pedroso, F. S. (2011). Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social. *Acta Fisiatr.*, 18(4), 200-205.
- Vilela, R. A. G., Almeida, I. M., & Mendes, R. W. B. (2012). Da vigilância para a prevenção de acidentes de trabalho: contribuições da ergonomia da atividade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(10), 2817-2830.